



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO,
DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de S. Exa.
o Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares
Dra. Catarina Gamboa
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

E: 9597

(ver canto superior direito)

ASSUNTO: Pergunta n.º 4020/XIV/1ª Cristina Rodrigue (NI)
Impacto da COVID-19 no Sector do Artesanato e dos Produtos Locais

Encarrega-me S. Exa. o Ministro de Estado, da Economia e Transição Digital de, em referência à Pergunta mencionada em epígrafe, transmitir o seguinte:

I - Assunto

Pergunta n.º 4020/XIV/1.ª (Cristina Rodrigues) - Impacto da Covid-19 no Sector do Artesanato e dos Produtos Locais.

Hiperligação:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePerguntaRequerimento.aspx?BID=118421>.

II - Síntese da Pergunta

A Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues dirigiu as seguintes perguntas ao Governo, através do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital:

1. *Quais as medidas já adotadas pelo Governo para apoiar o sector do artesanato e dos produtos locais? Quando as medidas que ainda serão adotadas?*
2. *O Governo já reuniu, ou tenciona reunir, com as associações representativas deste sector para discutir medidas concretas a implementar?*

III - Resposta

A área governativa da Economia e da Transição Digital reconhece a relevância do artesanato e das artes e ofícios. Para lá do volume de negócios que gera e dos postos de trabalho que asseguram, estas atividades contribuem para a coesão social e para a afirmação cultural de cada território, promovendo a sua matriz identitária.



O Ministério da Economia e da Transição Digital, ao longo dos últimos meses, reuniu, através do Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, com várias associações representativas deste setor, designadamente, a Associação dos Artesãos da Região de Lisboa, a Associação de Representantes da Câmara de Comércio e Indústria do Centro e a Associação de Artesãos da Serra da Estrela e Região Centro de Portugal, sua associada.

Por iniciativa da Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), foi desenvolvido o «Estudo sobre as Artes & Ofícios», no qual se caracterizam as diferentes atividades englobadas neste domínio, bem como se aprofunda a análise da cadeia de valor das artes vegetais e do barro negro. Cofinanciado pelo Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), este estudo inclui orientações e sugestões de medidas de auxílio que visam áreas como a formação, empreendedorismo, criação de emprego, qualificação e inovação. Deste modo, pretende-se que tal diagnóstico fomente a definição de novas políticas públicas de cariz local, regional e nacional, com vista à dinamização do exercício destas atividades.

No âmbito da elaboração do «Estudo sobre as Artes & Ofícios», a DGAE colaborou com a Federação Portuguesa de Artes e Ofícios Tradicionais e com o CEARTE - Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património, tendo ficado definidos, entre outros objetivos, a criação de um quadro de prioridades de intervenção que considere as dimensões social, cultural e económica das artes e ofícios, assim como o da identificação das esferas em que a intervenção pública é fundamental. Cumpre, também, salientar o objetivo de inclusão de programas de apoio às artes e ofícios em estratégias que venham a ser concebidas. O referido estudo encontra-se em fase de acomodação de contributos de várias áreas governativas, antecipando-se a sua conclusão em breve.

Por outro lado, encontram-se enquadrados num único diploma (cf. Decreto-Lei n.º 122/2015, de 30 de junho), os vários eixos estratégicos de apoio dirigidos ao setor, os quais, na generalidade das situações mencionadas, são dinamizados pelo IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, a saber:

- Formação Artes e Ofícios - formação em contexto de trabalho, visando a inserção e a reinserção profissional no mercado de trabalho dos destinatários;
- Investe Artes e Ofícios - apoios ao empreendedorismo, nas vertentes de apoio ao investimento na criação de novas empresas e micro negócios e criação do próprio emprego, bem como de apoio técnico à criação e consolidação dos projetos;
- Estímulo Artes e Ofícios - apoios à criação de postos de trabalho, na vertente de apoios à contratação;
- Promoção Artes e Ofícios - apoios à promoção e comercialização das produções e serviços, através do apoio à participação em feira, certames e exposições.



Este último eixo integra o Prémio Nacional de Artesanato, de cariz bianual, que tem por objetivo incentivar a produção artesanal, nas suas vertentes tradicional e contemporânea, distinguindo os artesãos portugueses, privilegiando as suas competências técnicas e profissionais, bem como a sua capacidade estética.

Importa sublinhar que, além do acesso a estes eixos estratégicos, que integram o Programa de Promoção das Artes e Ofícios (PPAO), as unidades produtivas artesanais não estão excluídas do acesso a medidas generalistas de apoio à formação e à criação de emprego promovidas pelo IEFP.

Em 2020, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro, foi criado o Programa “Saber-Fazer”, sendo definidas as medidas para a salvaguarda, o reconhecimento e o desenvolvimento sustentável da produção artesanal, como forma de afirmação da marca identitária dos territórios e do País, à luz dos desafios e das exigências atuais. O Programa assenta em quatro desígnios – preservação, formação profissional, capacitação e promoção.

Em junho de 2021, com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/2021, de 7 de junho, foi criada a Associação “Saber Fazer”, da qual são associados públicos fundadores o Estado, através do membro do Governo responsável pela área da cultura, ou de quem este designar, o Instituto do Turismo de Portugal, I. P.; o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., o IEFP, a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P, tendo como missão o desenvolvimento de atividades de interesse público no âmbito da salvaguarda e do reconhecimento das artes e ofícios tradicionais, bem como do desenvolvimento sustentável da produção artesanal.

Importa salientar alguns instrumentos de apoio disponibilizados no atual contexto, como é o caso do apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, do diferimento do pagamento de contribuições à Segurança Social, da medida extraordinária de apoio à manutenção dos contratos de trabalho (*lay-off*), do incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa, ou o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade. Importa ainda referir a Linha de Apoio à Economia - Micro e Pequenas Empresas - que contempla empresários em nome individual, com e sem contabilidade organizada, desde que devidamente certificados como pequena e média empresa.

É de ressalvar que foi criada, especificamente para o sector das Artes e Ofícios Tradicionais, a medida de Apoio Excepcional aos Artesãos e às Unidades Produtivas Artesanais, traduzida num apoio financeiro, atribuído pelo IEFP, às unidades produtivas artesanais com sede no território continental, como forma de incentivo à manutenção da atividade das empresas artesanais, para fazerem face à perda de rendimentos decorrente do cancelamento de feiras e de certames de promoção e comercialização do artesanato, devido à pandemia de COVID-19.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO,
DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Entretanto, podemos informar que o Instituto Nacional de Estatística, em conjunto com o Ministério da Cultura e com a colaboração do IEFP, está a elaborar uma nova edição da Conta Satélite da Cultura de Portugal, instrumento estatístico que permite agregar e avaliar a dimensão e a importância da Cultura na economia portuguesa, dando informação sobre a estrutura de produção das atividades relacionadas com a Cultura, sendo que se está a avaliar se será possível autonomizar o setor do Artesanato.

A falta de dados estatísticos referentes às atividades artesanais em Portugal é, desde sempre, um problema que dificulta a demonstração da importância do setor e o desenho de medidas de política a ele direcionadas, pelo que este pode vir a ser um passo importante.

Nesse quadro, o IEFP, I.P. está a efetuar um trabalho no sentido de solicitar a autorização para partilha com INE de dados dos portadores de carta de unidade produtiva artesanal a nível nacional (NIF, atividades artesanais reconhecidas e CAEs correspondentes) para a "Conta Satélite da Cultura".

O Governo permanece atento e disponível para a avaliação do impacto destas medidas e da própria pandemia, de forma a mobilizar outras modalidades de políticas públicas que melhor respondam às necessidades de curto e de médio prazo desta atividade.

Com os melhores cumprimentos,

A consideração pessoal do,

O Chefe do Gabinete

Pedro Reis

CA/AB